



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ 44.925.279/0001-90 – Fone/Fax: (18) 3866-1141

LEI Nº 1002 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

Estima a receita e fixa a despesa do município de Flora Rica, para o exercício financeiro de 2017.

PAULO ROGÉRIO FLORENTINO DE FARIA, Prefeito Municipal de Flora Rica, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, propõe o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica estimada a receita e fixada a despesa do Orçamento Público do município de Flora Rica, para o exercício financeiro de 2017, na importância de **R\$15.200.000,00** (Quinze milhões e duzentos mil reais), discriminadas pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo n.º 02 da Lei n.º 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

01- RECEITAS CORRENTES	R\$ 13.770.000,00
Receita Tributária	R\$ 832.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 189.000,00
Transferências Correntes	R\$ 14.689.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 370.000,00
Dedução de Receitas p/ Formação do FUNDEB	(-) R\$ 2.310.000,00
02- RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.430.000,00
Alienação	R\$ 60.000,00
Transferências de Capital	R\$ 1.370.000,00
RECEITA TOTAL	R\$ 15.200.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros, programa de trabalho e natureza da despesa, integrantes desta Lei, que apresentam o seguinte desdobramento:

01- POR FUNÇÃO DE GOVERNO	
01 - Legislativa	R\$ 756.000,00
04 - Administração	R\$ 4.653.000,00
08 - Assistência Social	R\$ 795.800,00
10 - Saúde	R\$ 2.960.000,00
12 - Educação	R\$ 3.104.000,00
13 - Cultura	R\$ 10.000,00
15 - Urbanismo	R\$ 2.111.000,00
20 - Agricultura	R\$ 458.000,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 215.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 138.000,00
TOTAL	R\$ 15.200.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍRIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ 44.925.279/0001-90 – Fone/Fax: (18) 3866-1141

02 - POR SUBFUNÇÕES	
031 - Ação Legislativa	R\$ 756.000,00
122 - Administração Geral	R\$ 4.653.000,00
241 - Assistência ao Idoso	R\$ 65.000,00
243 - Assistência a Criança e Adolescente	R\$ 213.000,00
244 - Assistência Comunitária	R\$ 517.000,00
301 - Atenção Básica	R\$ 2.480.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 15.000,00
304 - Vigilância Sanitária	R\$ 455.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	R\$ 10.000,00
361 - Ensino Fundamental	R\$ 2.341.000,00
365 - Educação Infantil	R\$ 763.000,00
392 - Difusão Cultural	R\$ 10.000,00
452 - Serviços Urbanos	R\$ 2.111.000,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	R\$ 458.000,00
812 - Desporto Comunitário	R\$ 215.000,00
999 - Reserva de Contingência	R\$ 138.000,00
TOTAL	R\$ 15.200.000,00

03- POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Despesas Correntes	R\$ 12.887.000,00
Despesas de Capital	R\$ 2.175.000,00
Reserva de Contingência	R\$ 138.000,00
TOTAL	R\$ 15.200.000,00

04 – POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	
Câmara Municipal	R\$ 756.000,00
Gabinete e Dependências	R\$ 1.394.200,00
Setor Administrativo e Financeiro	R\$ 2.085.000,00
Setor Jurídico	R\$ 185.000,00
Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura	R\$ 458.000,00
Secretaria de Educação	R\$ 3.684.000,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 2.960.000,00
Secretaria de Obras, Habitação e Serviços	R\$ 2.866.000,00
Secretaria de Assistência e Desenv. Social	R\$ 673.800,00
Reserva de Contingência	R\$ 138.000,00
TOTAL	R\$ 15.200.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍRIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ 44.925.279/0001-90 – Fone/Fax: (18) 3866-1141

Art. 4º - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal nº 4.320/64, a:

I – abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de **15%** (quinze por cento) do total da despesa fixada para o exercício de 2017, desde que haja recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição de justificativa.

II – abrir créditos suplementares, tendo como fonte de recurso a anulação parcial ou total do saldo existente na dotação consignada como Reserva de Contingência, nos termos do art. 12, inc. I, desta lei, após o final do mês de setembro do ano de 2017, desde que não haja previsão de quaisquer passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas;

III – intercambiar recursos de uma mesma categoria de programação e do mesmo órgão, mediante decreto, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada para o exercício de 2017;

IV – contingenciar parte das dotações, quando a realização da receita demonstrar-se aquém da prevista, comprometendo assim, os resultados nominal e primário estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

§ 5º - Entende-se por categoria de programação, para fins do inciso III do *caput*, aquelas despesas que fazem parte da mesma classificação funcional-programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária, não importando a classificação econômica da despesa, se corrente ou de capital.

§ 6º - Não onerarão o limite previsto no inciso I os créditos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ 44.925.279/0001-90 – Fone/Fax: (18) 3866-1141

I – destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a despesas à conta de recursos vinculados, inclusive os pertencentes a autarquias previdenciárias, observando, para tanto, a vedação imposta pelo art. 167, inc. VI, da Constituição Federal e o disposto no inc. I, do art. 25, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como seu § 1º.

II – destinados à cobertura de despesas à conta das receitas próprias de autarquias e fundações; e

III – abertos nos termos dos incisos II e III, do *caput* deste artigo.

§ 7º - Os percentuais definidos nos incisos I e III, do *caput* deste artigo serão apurados de forma autônoma.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Flora Rica, 28 de novembro de 2016.

PAULO ROGERIO FLORENTINO DE FARIA
PREFEITO MUNICIPAL DE FLORA RICA

Registrado e Publicado por afixação em data supra.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 10 de Novembro de 2016 .

VALDEIR ALVES MOREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO